

**HABEAS CORPUS Nº 514.563 - PR (2019/0164545-4)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : GUSTAVO SANCHES DA COSTA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO SANCHES DA COSTA - PR062115**  
**CÉSAR AUGUSTO PEREIRA MARTINS DE OLIVEIRA -**  
**PR092504**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE : W M V DE L (PRESO)**

**DECISÃO**

**W. M. V. DE L.** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, que manteve a sua prisão preventiva nos autos do HC n. 0005340-40.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente no âmbito de ação penal em que responde por estupro.

Neste *writ*, alega o impetrante, em suma, a ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva.

Pede, inclusive liminarmente, a soltura do paciente.

**Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, verifico que o Juiz de Direito, ao converter o flagrante em prisão preventiva, fundamentou (fls. 21-23, grifei):

Quanto aos "fundamentos", sobressai-se inicialmente a garantia da ordem pública, eis que o crime em análise é de gravidade concreta (expõe ao perigo os bens jurídicos a integridade física, liberdade/dignidade sexual). **Nota-se que, supostamente, o autuado, empurrou a vítima que caiu no chão, tampou a boca da mesma para ficar calada, foi agarrada com as mãos para atrás e presa, após o autuado a passou a mão pelo seu corpo e nas partes íntimas. A vítima conseguiu se desvencilhar e gritando pediu ajuda, sendo então um desconhecido escutou e ligou para a polícia, que logo após o autuado**

**foi abordado.**

[...]

De outra banda, **urge a questão da conveniência da instrução criminal. Pois a custódia provisória poderá permitir, neste momento, a investigação completa e a oitiva despreocupada da vítima e eventuais testemunhas.**

Tais circunstâncias evidenciam, à primeira vista, o *periculum libertatis*, a ensejar, por conseguinte, a manutenção da custódia cautelar para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**